MAPFRE Investimentos Ltda. (anteriormente denominada "MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.")

CNPJ 04.160.039/0001-27

MAPFRE
A seguradora global de confiança.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEZEMBRO DE 2016

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.

A MAPFRE Investimentos Ltda. (anteriormente denominada "MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.") administra ativos financeiros das empresas do Grupo MAPFRE no Brasil e Fundos de Investimentos abertos em geral. Encerrou o exercício de 2016 com R$ 9,4 bilhões (R$ 6,8 bilhões em dezembro de 2015) de recursos sob gestão.

O resultado no exercício de 2016, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi R$ 4,8 milhões e o lucro líquido de R$ 2,6 milhões.

A Administração prevê para o próximo exercício incremento no volume de ativos financeiros sob administração, em razão da manutenção do crescimento das operações da MAPFRE no Brasil.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 29 de março de 2017

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo circulante		**18.965**	**13.398**
Disponibilidades		**37**	**2**
Títulos e valores mobiliários		**14.172**	**9.371**
Carteira própria	5	14.172	9.371
Outros créditos		**4.750**	**4.022**
Rendas a receber	6	4.184	3.363
Diversos	6	568	659
Provisão para devedores duvidosos		(2)	–
Outros valores e bens		**6**	**3**
Despesas antecipadas		6	3
Ativo realizável a longo prazo		**1.459**	**1.632**
Imobilizado de uso	7	**1.288**	**1.494**
Outras imobilizações de uso		3.115	3.039
(–) Depreciação		(1.827)	(1.545)
Intangível	7	**171**	**138**
Ativos intangíveis		222	154
(–) Amortização		(51)	(16)
Total do ativo		**20.424**	**15.030**

	Notas	2016	2015
Passivo circulante		**6.491**	**3.658**
Outras obrigações	8	**6.491**	**3.658**
Sociais e estatutárias		598	533
Fiscais e previdenciárias		893	389
Diversas		5.000	2.736
Patrimônio líquido	9	**13.933**	**11.372**
Capital:		7.100	7.100
De domiciliados no país		7.100	7.100
Reserva especial de lucros		5.413	2.852
Reserva legal		1.420	1.420
Total do passivo e patrimônio líquido		**20.424**	**15.030**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reserva de capital: Reserva Legal	Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**19.868**	**3.780**	**7.031**	**–**	**30.679**
Distribuição de dividendos - AGE de 08/07/2015	–	–	(1.371)	–	(1.371)
Aumento de capital - AGE 08/07/2015	2.360	(2.360)	–	–	–
Redução de capital - AGE 08/07/2015	(15.128)	–	–	–	(15.128)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.592	3.592
Destinação do lucro líquido do período:					
Juros sobre capital próprio - AGE 23/12/2015	–	–	–	(1.400)	(1.400)
Distribuição de dividendos - AGE 23/12/2015	–	–	(3.566)	(1.434)	(5.000)
Reserva especial de lucros	–	–	758	(758)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**7.100**	**1.420**	**2.852**	**–**	**11.372**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.561	2.561
Destinação do lucro líquido do período:					
Reserva de lucros	–	–	2.561	(2.561)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**7.100**	**1.420**	**5.413**	**–**	**13.933**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2016	2015
Receitas de intermediação financeira		**1.577**	**3.681**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12a	1.577	3.681
Resultado bruto da intermediação financeira		**1.577**	**3.681**
Outras receitas (despesas) operacionais		**3.270**	**1.176**
Receitas de prestação de serviços	12b	42.856	33.511
Despesas de pessoal	12c	(19.251)	(14.351)
Outras despesas administrativas	12d	(17.985)	(16.581)
Despesas tributárias	12e	(3.772)	(2.446)
Outras receitas operacionais	12f	1.426	1.070
Outras despesas operacionais		(4)	(27)
Resultado operacional		**4.847**	**4.857**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**4.847**	**4.857**
Imposto de renda e contribuição social	13	**(1.482)**	**(934)**
Imposto de renda		(903)	(569)
Contribuição social		(579)	(365)
Participações estatutárias no lucro		**(804)**	**(331)**
Lucro líquido do período		**2.561**	**3.592**
Juros sobre capital próprio		**–**	**(1.400)**
Quantidade de cotas (2016) ações (2015)		7.100.000	1.000
Lucro líquido por cota (2016) ação (2015) - R$		0,36	3.592,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.561	3.592
Depreciações e amortizações	395	394
Provisão de impostos no resultado	1.482	934
Participações no lucro	804	331
Lucro líquido ajustado	**5.242**	**5.251**
Variação de ativos e obrigações	**(4.985)**	**17.772**
Aumento/(redução) em títulos e valores mobiliários	(4.801)	33.407
Aumento/(redução) de outros créditos	(728)	743
Aumento/(redução) de outros valores e bens	(3)	2
Aumento/(redução) em outras obrigações	547	(16.380)
Caixa líquido proveniente/(consumido) das atividades operacionais	**257**	**23.023**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações de:		
Imobilizado de uso	8	33
Aquisições em:		
Imobilizado de uso	(162)	(28)
Intangível	(68)	(133)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(222)**	**(128)**
Atividades de financiamento		
Redução de capital	–	(15.128)
Pagamento de juros sobre capital próprio	–	(1.400)
Pagamento de dividendos	–	(6.371)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de financiamento	**–**	**(22.899)**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**35**	**(4)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	6
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	37	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Investimentos Ltda. (anteriormente denominada "MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A."), doravante denominada por "Entidade", é uma sociedade que tem por objeto o exercício profissional da gestão de recursos, bem como a distribuição de cotas de fundos de investimento dos quais seja gestora, atuando em conformidade com a ICVM nº 558/15.

O Banco Central do Brasil - BACEN aprovou nosso pedido de cancelamento da autorização para funcionamento, em decorrência da mudança de objeto social, em 12 de agosto de 2016, nos termos do Ofício 15825/2016-BCB/Deorf/GTSP1, conforme deliberado na AGE de 05 de abril de 2016.

As operações da Entidade são conduzidas de forma integrada com as Companhias que integram o sistema MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em São Paulo, Brasil e, suas demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/2009, para a contabilização das operações, associadas às normas e às instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de março de 2017.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras são apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

c) Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa e saldos em conta movimento utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:
- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva ou da reclassificação dos respectivos títulos e valores mobiliários.

c) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição, ajustado pela depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. para sistema de processamento de dados e veículos e 10% a.a. para móveis e equipamentos de uso.

e) Intangível

O ativo intangível está representado por desenvolvimento de sistemas sendo amortizados à taxa de 20% a.a.

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Entidade efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas:
- Espera-se que seja realizado/recebido ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Entidade; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

g) Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é constituída baseada em um histórico de eventos ocorridos, e quando seja provável que um recurso econômico venha ser exigido para liquidar uma obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Entidade, quanto às probabilidades de perdas. São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

h) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A partir de setembro de 2016 a qualificação da entidade perante a Receita Federal do Brasil alterou de "financeira" para "pessoa jurídica geral", modificando assim a alíquota de contribuição social de 20% para 9% (como entidade financeira foi aplicado alíquota de 15% no exercício de 2015 e 20% de janeiro a agosto de 2016).

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado.

i) Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e consideram, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização.

j) Participação nos lucros

A Entidade registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Entidade conta com um sistema de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade *(Compliance),* são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Entidade. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a Entidade conta com os seguintes comitês:

Comitê executivo: cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Entidade. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

Comitê de auditoria: órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

Comitê de estratégia financeira: constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

Comitê de Administração e Meios da Regional Brasil: constituído com o objetivo de tornar a estrutura de governança mais efetiva e dinâmica. Os assuntos de gestão de risco, atuarial, controle interno e *Compliance*, passam a ser analisados e avaliados por este comitê.

Comitê de Riscos *Compliance:* constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Entidade está exposta, a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Entidade. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno.

O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Entidade.

A Entidade possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, realizando tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor´s e Moody´s.*

A Entidade utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Entidade em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Entidade.

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros "Marcados a Mercado" são definidos pelo administrador das carteiras e custodiante BNP Paribas Brasil S.A., respectivamente, que utiliza as curvas e taxas da ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e precificação através das metodologias convencionais e de acordo com o código de autorregulação. A área de risco da Entidade analisa diariamente os critérios de precificação do administrador a fim de consolidar os resultados obtidos.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Entidade saldar os seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo financeiro em caixa necessário para quitação de uma obrigação.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Entidade para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos da Entidade.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo COMEX - Comitê Executivo.

As premissas para o gerenciamento do risco de liquidez levam em conta também as melhores práticas divulgadas pela ANBIMA de acordo com a deliberação nº 56 de agosto de 2014.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços dos ativos financeiros decorrentes de oscilações de mercado, tais como taxas de juros, câmbio e preços de ações, que podem impactar no resultado da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é demonstrar, gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados em que a Entidade está exposta, obedecendo a parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, colaborando com a otimização do retorno dos investimentos realizados.

A Entidade é conservadora com relação à exposição ao risco de mercado na qual os seus recursos são aplicados, sendo que este risco é mensurado pela área de Riscos e *Compliance,* com base em cenários de s*tress,* histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a área de Riscos e *Compliance* acompanha os resultados decorrentes do cálculo do *VaR* e verifica a aderência aos limites estabelecidos, os resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê de Estratégia Financeira, visando identificar eventuais necessidades de realocação de ativos. Porém na ocorrência de extrapolação dos limites definidos, imediatamente os membros dos Comitês competentes são informados para deliberação da manutenção ou encerramento das exposições em risco.

Sensibilidade à taxa de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) Taxa de juros; em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Entidade.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

O cálculo de sensibilidade foi efetuado com base no valor de R$ 14.195(R$ 9.362 em 2015) de ativos financeiros.

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/resultado 2016	2015
Elevação da taxa de juros	115	94
Redução da taxa de juros	(115)	(94)

Parâmetros:
(a) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
(b) 100 *basis points* nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Entidade de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:
- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com as exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Dentro desse cenário, a Entidade dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de C*ompliance* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, aplicações em cotas de fundos exclusivos cuja carteira está assim composta:

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento - 2016: Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Ativos - 2016: Valor Contábil	Valor de Curva	Valor justo	%	2015 Valor Contábil
I. **Valor justo por meio do resultado**		**2.701**	**11.471**	**–**	**14.172**	**14.172**	**14.172**	**100%**	**9.371**
Fundos de investimentos									
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	–	11.471	–	11.471	11.471	11.471	81%	9.258
Operações compromissadas	1	2.701	–	–	2.701	2.701	2.701	19%	113
Total geral		**2.701**	**11.471**	**–**	**14.172**	**14.172**	**14.172**		**9.371**

O valor de mercado das cotas de investimento financeiro foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Entidade aplica seus recursos.

6. OUTROS CRÉDITOS

	2016	2015
Circulante		
Outros créditos - Rendas a receber	**4.184**	**3.363**
Serviços prestados a receber (*)	4.184	3.363
Outros créditos - Diversos	**568**	**659**
Adiantamento de participação no lucro	159	91
Créditos tributários	207	–
Adiantamentos diversos	2	–
Impostos e contribuições a compensar	7	406
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 10c)	193	162

(*) Contas a receber em 30 dias

7. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Imobilizado de uso	2015	Adição	Depreciação	Baixa	2016
Instalações	490	–	(90)	–	400
Móveis e equipamentos de uso	622	–	(111)	–	511
Sistema de comunicações e equipamentos	169	–	(30)	–	139
Sistema de processamento de dados	43	11	(21)	–	33
Sistema de transportes	170	151	(108)	(8)	205
Total	**1.494**	**162**	**(360)**	**(8)**	**1.288**
Intangível	**2015**	**Adição**	**Depreciação**	**Baixa**	**2016**
Software	138	68	(35)	–	171
Total	**138**	**68**	**(35)**	**–**	**171**

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2016	2015
Circulante		
Sociais e estatutárias	**598**	**533**
Provisão de participação sobre o lucro e resultado	598	533
Fiscais e previdenciárias	**893**	**389**
Impostos e contribuições sobre o lucro	169	–
Impostos e contribuições a recolher	724	389
Diversas	**5.000**	**2.736**
Provisão de pagamentos - despesa com pessoal	528	257
Provisão de pagamentos - outras despesas administrativas	107	203
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 10c)	4.268	2.170
Provisão para contingentes (nota 14)	88	96
Credores diversos - país	9	10

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é de R$ 7.100 (R$ 7.100 em 2015) representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 08 de julho de 2015 foi deliberado o aumento do capital social da Entidade passando de R$ 19.868 para R$ 22.228, mediante a capitalização parcial da Reserva Legal no montante total de R$ 2.360, sem emissão de novas ações.

No mesmo ato, foi deliberada a redução do capital social em R$ 15.128, por julgá-lo excessivo ao seu objetivo, com restituição aos acionistas na proporção de sua participação no capital social da Entidade, sem redução do número de ações.

Em 18 de outubro de 2016 foi deliberada a transformação do tipo societário, passando de sociedade anônima para sociedade limitada. Em razão da transformação as 1.000 ações passaram para 7.100.000 quotas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma.

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Reserva especial de lucro

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi constituída a reserva especial de lucros no montante de R$ 2.561 (R$ 758 em 2015).

d) Lucros acumulados

A Entidade destina o saldo de lucros acumulados para reservas de lucros no encerramento das demonstrações financeiras anuais.

10. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos administradores, no qual foram pagos no exercício de 2016 o montante de R$ 1.124 (R$ 693 em 2015). A Entidade não possui benefícios de longo prazo, de rescisão contratual ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b) Participação acionária

Os membros da Diretoria da Entidade não possuíam individualmente ou em conjunto participação acionária na Entidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

c) Compartilhamento de despesas administrativas

Partes relacionadas	2016 Ativos	Passivos	Despesas	Receitas	2015 Ativos	Passivos	Despesas	Receitas
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	6	–	(8)	61	–	1	(13)	61
MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.	12	–	(66)	139	–	–	–	25
MAPFRE Assistência Ltda.	74	–	(111)	195	–	–	–	–
MAPFRE Brasil Participações S.A.	–	2	(160)	15	–	81	(176)	3
MAPFRE Capitalização S.A.	–	3	(211)	46	–	1	(16)	60
MAPFRE Holding do Brasil Ltda.	77	–	(1)	407	22	–	–	25
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	–	–	–	–	–	–	–	2
MAPFRE Previdência S.A.	20	4.143	(24.756)	139	140	1.990	(20.529)	261
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.	1	–	–	11	–	–	–	–
MAPFRE Saúde Ltda.	3	–	(47)	101	–	–	–	–
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	–	120	(1.944)	254	–	97	(2.763)	30
Total	**193**	**4.268**	**(27.304)**	**1.368**	**162**	**2.170**	**(23.497)**	**467**

Os saldos de 2016 e 2015 no ativo, passivo, receita e despesas referem-se ao rateio de despesas administrativas compartilhadas.

d) Rendas de administração de fundos

Partes relacionadas (*)	Rendas de administração de fundos de investimento 2016	2015
Grupo MAPFRE	30.278	24.649
Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE	5.016	3.945

(*) A gestão dos ativos do Grupo segue as políticas estabelecidas na nota 4-Gerenciamento de riscos.

e) Planos de previdência complementar

A Sociedade proporciona e administra plano de previdência complementar, da MAPFRE Previdência S.A., aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R$ 78 (R$ 99 em 2015).

f) Planos de assistência à saúde

A Entidade proporciona planos de assistência à saúde, da MAPFRE Saúde Ltda., aos seus colaboradores. O regime do plano é de pós-pagamento, sendo que os pagamentos efetuados no exercício de 2016 totalizaram R$ 342 (R$ 59 em 2015).

11. GESTÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Os recursos da MAPFRE e entidades ligadas (MAPFRE Seguros Gerais e MAPFRE Vida) são geridos pela Entidade, por meio de fundos de investimentos ou de carteiras administradas no montante de R$ 3,9 bilhões (R$ 3,7 bilhões em 2015), e recursos de terceiros no montante de R$ 5,5 bilhões (R$ 3,7 bilhões em 2015) que totalizam R$ 9,4 bilhões de carteiras geridas no período (R$ 7,4 bilhões em 2015).

12. DETALHAMENTO DO RESULTADO

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2016	2015
Rendas de aplicação com fundos de investimento	1.577	3.448
Rendas de aplicações em Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	233
Total	**1.577**	**3.681**

b) Receitas de prestação de serviços

	2016	2015
Rendas de administração de fundos de investimentos	42.856	33.511
Total	**42.856**	**33.511**

continua

continuação

MAPFRE Investimentos Ltda. (anteriormente denominada "MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) - CNPJ nº 04.160.039/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

c) Despesas de pessoal

	2016	2015
Despesas compartilhadas (nota 10c)	(12.162)	(9.420)
Despesas com salários	(3.608)	(2.575)
Despesas com encargos	(1.559)	(1.230)
Despesas com honorários da diretoria	(1.124)	(693)
Despesas com benefícios	(724)	(388)
Outras despesas	(74)	(45)
Total	**(19.251)**	**(14.351)**

d) Outras despesas administrativas

	2016	2015
Despesas compartilhadas (nota 10c)	(15.142)	(14.076)
Despesas com serviços técnicos especializados	(1.297)	(775)
Despesas com processamentos de dados	(524)	(398)
Despesas com depreciações e amortizações	(395)	(394)
Despesas com promoções e relações públicas	(103)	(163)
Despesas com transportes	(94)	(77)
Despesas com publicações	(79)	(74)
Despesas com viagens e estadias	(44)	(106)
Despesas com comunicação	(27)	(25)
Despesas com propaganda e publicidade	(6)	(26)
Despesas com serviços de terceiros	(5)	(1)
Despesas com aluguéis	(3)	(3)
Outras despesas	(266)	(463)
Total	**(17.985)**	**(16.581)**

e) Despesas tributárias

	2016	2015
COFINS	(2.403)	(1.504)
ISS	(857)	(669)
PIS	(456)	(245)
Outras	(56)	(27)
Despesas compartilhadas (nota 10c)	–	(1)
Total	**(3.772)**	**(2.446)**

f) Outras receitas operacionais

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas (i)	1.368	494
Outras	58	576
Total	**1.426**	**1.070**

(i) O total de R$ 1.368 em 2016, refere-se ao rateio existente entre as empresas do grupo MAPFRE Brasil (R$ 494 em 2015).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes dos impostos e participações	**4.847**	**5.651**	**4.847**	**5.651**
Participações sobre o resultado	(804)	(1.124)	(804)	(1.124)
Juros sobre capital próprio	–	(1.400)	–	(1.400)
Resultado antes dos impostos e após participações	**4.043**	**3.127**	**4.043**	**3.127**
Adições (exclusões) temporárias:				
Provisão para participação sobre o resultado	598	533	598	533
Provisão para adiantamentos	2	–	2	–
Reversão de provisão participação sobre o resultado	(533)	(1.367)	(533)	(1.367)
Gastos com ativos diferidos	(231)	(230)	(231)	(230)
Provisão para contingências trabalhistas	–	8	–	8
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas indedutíveis	543	366	543	366
Diferença de alíquotas de IF x Não Financeira	–	–	2.624	–
Lucro fiscal do exercício	**4.422**	**2.437**	**7.046**	**2.437**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(663)	(365)	(634)	(365)
Adicional de imposto de renda	(418)	(220)	–	–
Incentivos fiscais:				
Deduções incentivadas	26	16	–	–
Total de despesas com Impostos	**(1.055)**	**(569)**	**(634)**	**(365)**
(–) Impostos diferidos sobre créditos tributários	**152**	**–**	**55**	**–**
Total de Impostos	**(903)**	**(569)**	**(579)**	**(365)**

14. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2016 existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco provável no montante de R$ 88 (R$ 96 em 2015).

Os passivos contingentes referente processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível são classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, os riscos de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2016 existem contingências tributárias passivas contra a Entidade, classificados como risco de perda possível no montante de R$ 2.147 (R$ 1.728 em 2015).

2016

Natureza	Quantidade	Valor Estimado	Valor da Provisão
Tributário	1	88	88
Total	**1**	**88**	**88**

2015

Natureza	Quantidade	Valor Estimado	Valor da Provisão
Trabalhista	1	8	8
Tributário	1	88	88
Total	**2**	**96**	**96**

Descrição da contingência:

Processo trabalhista - busca o pagamento de pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional.

Processo tributário - auto de infração movido pela Receita Federal referente à desmutualização dos títulos patrimoniais da CETIP.

A MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma sociedade autorizada a funcionar pelo Banco

DIRETORIA

WILSON TONETO
Diretor-Presidente

ELÍSEO JOÃO VICIANA
Diretor Vice-Presidente

MIGUEL GÓMEZ BERMÚDEZ
Diretor

DIRCEU TIEGS
Diretor

CONTADOR

REINALDO DANTAS
CRC - 1SP110330/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
MAPFRE Investimentos Ltda. (anteriormente denominada "**MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**")
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Investimentos Ltda. (anteriormente denominada "MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.") ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Investimentos Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

•Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo 29 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Investimentos Ltda., anteriormente denominada "MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.", foi instituído nos termos do artigo 31-B, da Instrução CVM n.º 308 de 1999, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente.

O Comitê é composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de outubro de 2016, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas do ordenamento jurídico brasileiro.

O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes.

Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas da CVM.

O Comitê reuniu-se com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria da empresa MAPFRE Investimentos Ltda., entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira da empresa.

São Paulo, 29 de Março de 2017.

Mário Teixeira de Almeida Rossi
Membro Titular

Nilton Maia Sampaio
Coordenador

Rogério Soares
Membro Titular

HOTELARIA

Com o mercado superofertado, rede francesa Accor mira interior do país

Multinacional direciona sua expansão para cidades que tenham mais de 50 mil habitantes

A multinacional francesa de hotéis Accor vai desbravar o interior do Brasil em 2017. Após a forte expansão dos hotéis nas capitais entre 2014 e o ano passado, o mercado ficou superofertado e obrigou a empresa - líder no mercado nacional, com 278 unidades em funcionamento - a direcionar sua expansão para cidades do interior a partir de 50 mil habitantes, que vão concentrar a maior parte dos 30 novos hotéis previstos para o país neste ano, segundo o presidente da Accor para a América Latina, Patrick Mendes.

Essa busca de opções pelo interior é motivada pela acentuada queda da ocupação dos hotéis nas capitais. Segundo a consultoria Hotel Invest, o equilíbrio financeiro de um hotel exige uma taxa média de ocupação de 70%. Em todas as principais capitais brasileiras, o nível está abaixo de 60%. O pior caso é o de Belo Horizonte, onde apenas 48% dos quartos, em média, recebem hóspedes.

Até capitais consideradas "blindadas", como o Rio de Janeiro, considerado um polo global de turismo, foram afetadas. Hoje, a capital fluminense só ocupa 53% de seus quartos. "É um reflexo da superoferta. O número de hotéis na Barra da Tijuca triplicou (desde 2014)", explica Diogo Canteras, sócio da Hotel Invest. "Além disso, a crise econômica e o desmonte do setor de óleo e gás afetaram o fluxo de viajantes de negócios." Diante do panorama nada animador das capitais, a Accor está mirando cidades a partir de 50 mil habitantes para seus empreendimentos - em alguns casos, a companhia faz a conversão de hotéis sem bandeira. De acordo com Mendes, a empresa está usando o conhecimento que tem do mercado brasileiro - onde está presente há 40 anos e é líder isolada do segmento - para levar um serviço de hospedagem padronizado a novos mercados do interior.

Embora a companhia tenha a previsão de crescer com marcas de mais alto padrão e propostas de "design" no país, a aposta no interior concentrará as aberturas, por enquanto, nas diferentes versões da bandeira Ibis, que têm preços mais acessíveis.

Dos hotéis previstos para o país ao longo de 2017, somente seis estarão em capitais. Já municípios do interior que têm potencial de expansão de demanda, como Parauapebas (PA), vão receber até dois empreendimentos de forma concomitante - no caso, um Ibis "clássico" e um Budget, que tem tarifas 30% mais baixas.

A expansão orgânica segue a lógica da Accor de administrar projetos desenvolvidos por terceiros. Do total de empreendimentos da rede francesa no país, apenas cerca de uma dezena são próprios. No interior, explica o presidente da Accor na América Latina, algumas unidades em cidades de menor porte são administradas por um sistema de franquias. Ou seja: o investidor recebe treinamento e apoio, mas os funcionários não são ligados à Accor.

Essa migração para mercados alternativos também é motivada pela necessidade, afirma Canteras, da Hotel Invest. "São empreendimentos de condohotéis que foram desenvolvidos a partir de 2013 e que agora estão ficando prontos", diz o consultor. "Essas aberturas no interior refletem o fato de que ninguém está investindo em hotéis nas capitais."

Para superar a marca de 300 hotéis no Brasil neste ano, a companhia também adquiriu os direitos de administração de 26 empreendimentos da rival BHG Hotéis, no início de março. O negócio envolveu um pagamento de R$ 200 milhões. A BHG deverá aplicar outros R$ 100 milhões na renovação desses hotéis até 2019. As unidades passarão a usar as marcas da rede francesa. O crescimento da Accor ocorre em um momento em que rivais estrangeiras também estão se movimentando - a rede Hilton, por exemplo, acabou de assumir a gestão do Windsor do Leme, no Rio de Janeiro. Mendes, da Accor, afirma que a empresa vê o Brasil como um de seus mercados-chave. "Fazemos investimento olhando o longo prazo."

LEIS TRABALHISTAS

Temer vai sancionar projeto de terceirização, mas deve enviar MP protetiva ao Congresso

O presidente Michel Temer vai sancionar o projeto de terceirização aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados, mas deve enviar uma medida provisória ao Congresso Nacional para dar mais proteção aos 13 milhões de trabalhadores terceirizados. A equipe jurídica da Casa Civil ainda avalia qual será o conteúdo da MP, mas a ideia é dar mais salvaguardas aos trabalhadores afetados pelas novas regras. Para dar tempo de elaborar o texto que será enviado ao Congresso, o presidente deve sancionar o projeto somente perto do prazo final, no dia 14 de abril.

O texto aprovado na semana passada traz apenas três salvaguardas genéricas: diz que os terceirizados não poderão realizar serviços diferentes daqueles para os quais foram contratados, que terão as mesmas condições de segurança, higiene e salubridade dos empregados da "empresa-mãe" e que estarão abrangidos nas regras Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre fiscalização. Segundo o que o jornal "O Estado de S. Paulo" apurou, um dos pontos da MP deve ser a garantia de que a empresa não vai poder demitir um funcionário e recontratá-lo imediatamente depois como terceirizado. O novo prazo estabelecido deve girar em torno de 18 meses. No texto aprovado pelos deputados, não há esse tipo ressalva.

Também deve haver mudanças em relação ao mínimo exigido de capital de acionistas em uma empresa terceirizada. Essa questão é importante porque, caso a empresa terceirizada quebre, há uma garantia de que os empregados terão direitos honrados. O projeto da Câmara estabelece faixas de capital social conforme o número de funcionários, de R$ 10 mil, para companhias com até 10 funcionários, a R$ 250 mil, para empresas com mais de 100 trabalhadores.

O projeto aprovado na Câmara no último dia 22 foi considerado bastante duro pelas centrais sindicais, porque permitiu a terceirização irrestrita tanto em empresas privadas quanto do serviço público, inclusive para as chamadas atividades-fim. O texto que foi enviado ao Congresso em 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, estava parado na Câmara por falta de consenso em relação às novas regras.

Inicialmente, Temer estava disposto a esperar a aprovação de um projeto mais brandos, que tramita no Senado, mas desistiu por pressão dos empresários. O Planalto também avaliou a possibilidade de incorporar as alterações no projeto por meio da reforma trabalhista, que tramita em Comissão Especial da Câmara.

A saída via MP, porém, foi construída diante da pressão que Temer vem sofrendo inclusive de parlamentares da base, como o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Ele articulou um manifesto assinado por nove senadores do PMDB contra o projeto. Na carta, o peemedebista afirmou que a proposta aprovada pelo plenário da Câmara iria precarizar e retroceder as relações de trabalho e atropelar as conquistas que foram feitas ao longo dos anos. Outros peemedebistas, como o presidente do Senado, Eunício Oliveira (CE), e as senadoras Marta Suplicy (SP) e Simone Tebet (MS) também fizeram apelos para que Temer corrigisse os "exageros" do texto da Câmara.